

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023

Comissão de
Defesa dos Direitos
da Pessoa Idosa



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
Relatório de Atividades 2023

Câmara dos Deputados

57ª Legislatura | 2023-2027

Presidente

Arthur Lira

1º Vice Presidente

Marcos Pereira

2º Vice Presidente

Sóstenes Cavalcante

1º Secretário

Luciano Bivar

2ª Secretária

Maria do Rosário

3º Secretário

Júlio César

4º Secretário

Lucio Mosquini

Suplentes de secretários

1º Suplente

Gilberto Nascimento

2º Suplente

Pompeo de Mattos

3º Suplente

Beto Pereira

4º Suplente

André Ferreira

Secretário Geral da Mesa

Luís Otávio Veríssimo Teixeira

Diretor-Geral

Celso de Barros Correia Neto



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023

Sumário

1. Apresentação.....	7
2. Histórico e atribuições.....	9
3. Presidência, membros titulares e suplentes.....	11
4. Reuniões.....	15
5. Audiências Públicas.....	19
6. Missões Oficiais.....	25
7. Prêmio Zilda Arns.....	30
8. Sessão Solene.....	34
9. Seminário.....	38
10. Proposições.....	42
11. Requerimentos.....	44
12. Projetos de Lei.....	53
13. Projetos de Lei apensados.....	60
14. Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023 - Emendas de Comissão aprovadas.....	83
15. Projeto de Lei Orçamentária Anual 2023 - Emendas de Comissão aprovadas.....	86
16. Principais temas debatidos.....	89
17. Notícias da CIDOSO 2023.....	93

APRESENTAÇÃO



Imagem: Arquivo pessoal

ALIEL MACHADO

Presidente da CIDOSO

Caros amigos e amigas,

Com muita honra e sentimento de dever cumprido, chegamos ao fim de mais um ano de trabalho na Comissão em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Durante o período em que presidimos a Cidoso, com apoio dos pares e dos técnicos da Comissão, fizemos o melhor para que os temas relacionados a pessoa idosa tivessem destaque na pauta da Câmara dos Deputados. O trabalho foi desafiador, mas também de muitas conquistas.

Somente em 2023, aprovamos 47 requerimentos e realizamos mais de 75 horas de atividades entre reuniões e audiências públicas para debater os temas de interesse da população idosa. Entre as inúmeras discussões promovidas no âmbito da Comissão, destaco as audiências públicas com a participação do ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvio Almeida, e também da audiência com a ministra da Saúde, Nísia Trindade, em conjunto com a Comissão de Saúde. Esse era um compromisso nosso, dialogar com os ministérios para planejar e cobrar ações das pastas para 2023. Também tivemos a oportunidade de debater um tema importantíssimo para a nossa sociedade, o Etarismo no Brasil. Além disso, ao longo de 2023, foram votados mais de 100 projetos de lei, entre principais e apensados, somente na comissão.

Durante o mês do "Junho Violeta", nos dedicamos também a campanha de conscientização da violência contra a pessoa idosa. Destacamos o triste número de 47 mil denúncias somente nos primeiros cinco meses do ano, de acordo com o Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

Mas, apesar dos avanços, os desafios continuam sendo enormes. Em 2015, o Brasil tinha 24 milhões de pessoas idosas, o que correspondia a 12% da população. Já em 2030, o número de idosos ultrapassará o total de crianças entre zero e 14 anos e o Brasil terá a 5º maior população idosa do mundo. Estima-se que, em 2065, teremos 33,9% de nossa população com 60 anos ou mais. Sendo que o grupo que mais cresce é o das pessoas com 80 anos ou mais. Por isso a urgência de medidas que atendam a essa população de forma a garantir dignidade e respeito.

Por conta disso, é cada vez mais relevante a ratificação da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos da Pessoa Idosa, que é um marco importante na defesa dos direitos dessa população e que foi assinada primeiramente por Brasil, Argentina, Chile, Costa Rica e Uruguai. Apesar de ser um dos primeiros a assinar, o Brasil ainda não foi pautou o tema em plenário da Câmara dos Deputados, apesar de ter passado pelas comissões, inclusive a Cidoso.

Diante disso, em um dos atos mais importantes da nossa comissão, fomos até o Vaticano no mês de agosto para entregar ao Papa Francisco uma homenagem proposta por mim e aprovada pelos colegas dentro do Prêmio Zilda Arns, pelo trabalho desenvolvido pelo papa junto a população idosa e também para destacar a importância da luta pela ratificação da Convenção. Em uma audiência de mais de 30 minutos, debatemos com o pontífice diversos temas relacionados à políticas públicas aos idosos. Na mesma missão, estivemos também em Coimbra, Portugal, para trocar experiências sobre essas políticas que são exemplo para o Brasil. Assim como também compartilhamos avanços ocorridos no nosso país.

Por fim, quero agradecer a todos os membros titulares e suplentes que nos ajudaram a fazer dessa comissão uma esperança à população idosa. Valorizar e respeitar àqueles que ajudaram a contribuir com o desenvolvimento do nosso país é uma obrigação. Aos servidores da comissão, meu muito obrigado por toda parceria e dedicação. Espero ter contribuído com o debate para que a pessoa idosa do nosso país tenha uma vida plena e digna.

Muito obrigado,


Deputado **ALIEL MACHADO**
PV/PR

HISTÓRICO E ATRIBUIÇÕES

Estabelecida em 2016 como comissão permanente na Câmara dos Deputados, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa reforça o compromisso da população e dos parlamentares brasileiros com a população idosa. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de pessoas idosas no Brasil chegou a 22,2 milhões no ano de 2022. Isso representa 10,9% da população brasileira.

Por conta das mudanças demográficas dos últimos anos — como o aumento da expectativa de vida brasileira — a CIDOSO se faz mais necessária do que nunca, auxiliando no desenvolvimento e na promoção de políticas públicas voltadas para este grupo vulnerável. Ao longo do ano de 2023, foram realizadas audiências públicas, missões, seminários e tantas outras atividades com vista a assegurar mais respeito e cidadania à pessoa idosa, além de um envelhecimento digno para todos os brasileiros.

HISTÓRICO E ATRIBUIÇÕES

A CIDOSO, composta por 22 membros e igual número de suplentes, é uma das 30 Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados. Atua como órgão técnico da Casa, com apoio de consultores legislativos e servidores administrativos e tem as seguintes atribuições Regimentais (art. 32, XXV):

- a) recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas à ameaça ou à violação de direitos da pessoa idosa;
- b) fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos à proteção dos direitos da pessoa idosa;
- c) programa de apoio à pessoa idosa em situação de risco social;
- d) monitoramento de políticas públicas relacionadas às pessoas idosas;
- e) acompanhamento da ação dos conselhos de direitos das pessoas idosas, instalados na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios;
- f) pesquisas e estudos relativos à situação das pessoas idosas no Brasil e no mundo, inclusive para efeito de divulgação pública e fornecimento de subsídios para as demais Comissões da Casa;
- g) incentivo à conscientização da imagem das pessoas idosas na sociedade;
- h) regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

PRESIDÊNCIA

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA



Imagem: Agência Câmara

Aliel Machado (PV-PR)
Presidente



Imagem: Agência Câmara

Castro Neto (PSD-PI)
1º Vice-Presidente

MEMBROS TITULARES



Alexandre Lindenmeyer
(PT|RS)



Bebeto
(PP|RJ)



Cleber verde
(MDB|MA)



David Soares
(UNIÃO|SP)



Dayany Bittencourt
(UNIÃO|CE)



Eriberto Medeiros
(PSB|PE)



Flávio Nogueira
(PT|PI)



Geraldo Resende
(PSDB|MS)



Luiz Carlos Motta
(PL|SP)



Marcos Tavares
(PDT|RJ)



Miguel Lombardi
(PL|SP)



Osseio Silva
(REPUBLICANOS|PE)



Pastor Gil
(PL|MA)



Paulo Freire Costa
(PL|SP)



Prof. Paulo Fernando
(REPUBLICANOS|DF)



Reimont
(PT|RJ)



Rogéria Santos
(REPUBLICANOS|BA)



Sargento Portugal
(PODEMOS|RJ)



Zé Haroldo Cathedral
(PSD|RR)

MEMBROS SUPLENTES



Delegada Katarina
(PSD|SE)



Delegado Ramagem
(PL|RJ)



Dr. Zacharias Calil
(UNIÃO|GO)



Flávia Morais
(PDT|GO)



Gilberto Nascimento
(PSD|SP)



Meire Serafim
(UNIÃO|AC)



Márcio Marinho
(REPUBLICANOS|BA)



Pinheirinho
(PP|MG)



Reginete Bispo
(PT|RS)



Simone Marquette
(MDB|SP)



ALEXANDRE DA SILVA
Membro Titular - SPS

DEUZIMAR COSTA SERRA
Professor UEMA

CLAUDIA BORGES COSTA
Diretora de Políticas de Alfabetização
SEADL-SEE

REUNIÕES

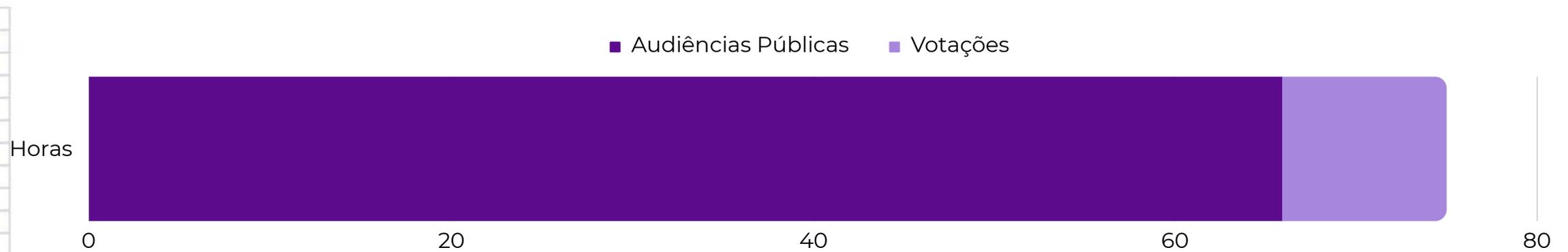
CIDOSO EM NÚMEROS

(De 22 de março a 13 de dezembro de 2023)

Reuniões	
Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidentes	1
Reuniões deliberativas	19
Audiências Públicas	16
Reuniões técnicas	1
Seminários	1
Missões Oficiais	2
Sessões solenes	1

TEMPO DE ATIVIDADES

(De 22 de março a 13 de dezembro de 2023)



populações mais vulneráveis
Fortalecimento do Conselho Nacional de Saúde e das Comissões
intergestoras
Retomada da Mesa de Negociação e Gestão do
trabalho no SUS
Fortalecimento do Complexo Indu

SAÚDE COMO PO
FATOR DE



Dep. ALIEL
Presidente da



DEP. ZÉ VITOR
PRESIDENTE



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

(De 22 de março a 13 de dezembro de 2023)

Requerimento	Autor	Tema	Realizada
REQ 3/2023	Aliel Machado	Comparecimento da Ministra da Saúde e do Presidente do Conselho Nacional da Saúde - CNS, para debater o Plano de Ação da pasta para 2023	19/04/2023
REQ 8/2023	Castro Neto	Etarismo no Brasil	17/05/2023
REQ 6/2023	Rogéria Santos	A falta de médicos geriatras nas instituições de saúde	23/05/2023
REQ 4/2023	Aliel Machado	Comparecimento do Ministro dos Direitos Humanos e do Secretário Nacional da Pessoa Idosa para debater o plano de ação da pasta para 2023.	24/05/2023
REQ 2/2023	Flávia Morais	Comparecimento da Secretária Nacional de Cuidados e Família, Laís Abramo, para apresentação dos planos, agenda estratégica e prioridades da Secretaria em 2023	31/05/2023
REQ 9/2023	Flávia Morais	Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa	14/06/2023
REQ 13/2023	Aliel Machado	Convenção Interamericana sobre a Proteção de Direitos Humanos da Pessoa Idosa	28/06/2023

Requerimento	Autor	Tema	Realizada
REQ 15/2023	Reginete Bispo	Educação da população idosa	09/08/2023
REQ 25/2023 REQ 26/2023	Dr. Zacharias Calil	Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT)	30/08/2023
REQ 40/2023	Aliel Machado	20 anos da promulgação do Estatuto da Pessoa Idosa	04/10/2023
REQ 38/2023	Alexandre Lindenmeyer	Planejamento do Estado brasileiro frente às mudanças demográficas	18/10/2023
REQ 41/2023	Dr. Zacharias Calil	Qualidade de aparelhos usados por diabéticos para medir glicose	8/11/2023
REQ 42/2023	Geraldo Resende	Regulação do exercício da profissão de gerontólogo	29/11/2023

Requerimento	Autor	Tema	Realizada
REQ 45/2023	Prof. Paulo Fernando	Suicídio entre pessoas idosas	6/12/2023
REQ 48/2023	Prof. Paulo Fernando	Regulamentação da profissão de cuidador e da adoção de pessoas idosas	12/12/2023
REQ 49/2023	Flávia Morais	Audiência Pública com o Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, Alexandre da Silva, para debater as ações de 2023 da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa	13/12/2023



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

COMPARECIMENTO DA MINISTRA DA SAÚDE, NISIA TRINDADE

19 de abril, quarta-feira, às 9h

Para acompanhar, acesse o portal da Câmara dos Deputados no YouTube ou as páginas das Comissões

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

CÂMARA DOS DEPUTADOS



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ETARISMO NO BRASIL

PARTICIPE DESTE DEBATE

17 de maio, quarta-feira, às 14h30
Anexo II, plenário 12

Para acompanhar, acesse o portal da Câmara dos Deputados no YouTube ou a página da Comissão: cd.leg.br/cidoso

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

CÂMARA DOS DEPUTADOS



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUSÊNCIA DE GERIATRAS NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE

PARTICIPE DESTE DEBATE

23 de maio, terça-feira, às 10h
Anexo II, plenário 12

Para acompanhar, acesse o portal da Câmara dos Deputados no YouTube ou a página da Comissão: cd.leg.br/cidoso

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

CÂMARA DOS DEPUTADOS



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

PRIORIDADES DO MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA EM 2023

COMPARECIMENTO DO MINISTRO SILVANO ALMEIDA E DO SECRETÁRIO ALEXANDRE DA SILVA (SNDPI)

24 de maio, quarta-feira, às 14h
Anexo II, plenário 12

Para acompanhar, acesse o portal da Câmara dos Deputados no YouTube ou a página da Comissão: cd.leg.br/cidoso

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

CÂMARA DOS DEPUTADOS



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AGENDA ESTRATÉGICA E PRIORIDADES DA SECRETARIA NACIONAL DE CUIDADOS E FAMÍLIA

COMPARECIMENTO DA SECRETÁRIA, LAIS ABRAMO

31 de maio, quarta-feira, às 14h30
Anexo II, plenário 12

Para acompanhar, acesse o portal da Câmara dos Deputados no YouTube ou a página da Comissão: cd.leg.br/cidoso

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

CÂMARA DOS DEPUTADOS



JUNHO VIOLETA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

DIA MUNDIAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA

PARTICIPE DESTE DEBATE

14 de junho, quarta-feira, às 14h30
Anexo II, plenário 12

Para acompanhar, acesse o portal da Câmara dos Deputados no YouTube ou a página da Comissão: cd.leg.br/cidoso

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

CÂMARA DOS DEPUTADOS



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS IDOSAS

PARTICIPE DESTE DEBATE

28 de junho, quarta-feira, às 14h30
Anexo II, plenário 12

Para acompanhar, acesse o portal da Câmara dos Deputados no YouTube ou a página da Comissão: cd.leg.br/cidoso

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

CÂMARA DOS DEPUTADOS



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO IDOSA E MUDANÇAS NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO JOVEM E ADULTO (EJA)

PARTICIPE DESTE DEBATE

9 de agosto, quarta-feira, às 14h30
Anexo II, plenário 12

Para acompanhar, acesse o portal da Câmara dos Deputados no YouTube ou a página da Comissão: cd.leg.br/cidoso

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

CÂMARA DOS DEPUTADOS



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DO TABAGISMO (PNCT)

PARTICIPE DESTE DEBATE

30 de agosto, quarta-feira, às 14h30
Anexo II, plenário 12



Acesse a página da Comissão pelo QR Code ou pelo link na bio

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

CÂMARA DOS DEPUTADOS



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

20 ANOS DO ESTATUTO DA PESSOA IDOSA

COMEMORE CONOSCO

4 de outubro, quarta-feira, às 14h30
Anexo II, plenário 12



Acesse a página da Comissão pelo QR Code ou pelo link na bio

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

CÂMARA DOS DEPUTADOS



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

PROJETO DE ANÁLISE DOS GLICOSÍMETROS

PARTICIPE DESTE DEBATE

8 de novembro, quarta-feira, às 15h
Anexo II, plenário 12



Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

CÂMARA DOS DEPUTADOS



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

REGULAÇÃO DA PROFISSÃO DE GERONTÓLOGO

PARTICIPE DESTE DEBATE

29 de novembro, quarta-feira, às 14h30
Anexo II, plenário 12



Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

CÂMARA DOS DEPUTADOS



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

SUICÍDIO DE PESSOAS IDOSAS

PARTICIPE DESTE DEBATE

6 de dezembro, quarta-feira, às 14h30
Anexo II, plenário 12



Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

CÂMARA DOS DEPUTADOS



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE CUIDADOR DE PESSOAS IDOSAS

PARTICIPE DESTE DEBATE

12 de dezembro, terça-feira, às 10h
Anexo II, plenário 12



Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

CÂMARA DOS DEPUTADOS



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA EM 2023

COM O SECRETÁRIO ALEXANDRE DA SILVA

13 de dezembro, quarta-feira, às 14h30
Anexo II, plenário 12



Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

CÂMARA DOS DEPUTADOS

MISSÕES OFICIAIS

PORTUGAL E VATICANO

(De 18 a 21 de setembro)

A viagem a Portugal e ao Vaticano teve por objetivo conhecer projetos voltados para a promoção dos direitos da pessoa idosa, com intuito de ampliar a visão dos brasileiros em relação ao envelhecimento e discutir políticas públicas concretas para melhoria de vida dessa população.

A escolha da Santa Sé aconteceu em vista das atividades realizadas pelo Papa Francisco para “o combate à cultura do descarte, a valorização da sabedoria dos anciãos, o cuidado com os ultraoctogenários e a inserção dos idosos na sociedade”, a exemplo da Pastoral do Idoso. Além disso, teve por objetivo entregar ao Santo Padre o prêmio Zilda Arns, o qual homenageia pessoas e instituições que contribuem ativamente com a defesa dos direitos da pessoa idosa. A indicação se deu por parte do presidente da CIDOSO, Aiel Machado. O Papa foi um dos 5 mais votados pelos parlamentares para receber a homenagem.

Da mesma forma, a escolha da Universidade de Coimbra aconteceu devido às iniciativas de valorização da pessoa idosa lá desenvolvidas, em especial o projeto Ageing@Coimbra.

Na comitiva, estavam presentes:

- Deputado Aiel Machado (PV-PR), presidente da CIDOSO
- Deputado Castro Neto (PSD-PI), vice-presidente da CIDOSO
- Deputado Zé Haroldo Cathedral (PSD-RR)
- Deputado Reimont (PT-RJ)
- Deputada Flávia Morais (PDT-GO)
- Deputada Simone Marquette (MDB-SP)



PATO BRANCO (PR)

(28 e 29 de setembro)

A viagem para Pato Branco, no Paraná, foi realizada pelo Deputado Castro Neto, vice-presidente da CIDOSO, com intuito de conhecer as aplicações do programa Cidade Amiga do Idoso — projeto amplamente debatido pela Comissão.

Esse programa foi desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) visando estabelecer diretrizes para a criação de municípios e cidades com mais acessibilidade para pessoas a partir dos 60 anos de idade. Isso inclui tanto a estrutura física desses lugares quanto a disponibilidade de serviços.

O Brasil já possui 32 cidades participando do programa, sendo 24 no estado do Paraná.



Imagens: Arquivo pessoal



P R Ê M I O

ZILDA ARNS



O Prêmio Zilda Arns é uma forma de reconhecimento às pessoas e instituições que contribuíram ou têm contribuído ativamente na defesa dos direitos das pessoas idosas. A premiação consiste em um diploma de menção honrosa, concedido anualmente a até cinco homenageados, decididos em votação pelos deputados. A homenagem foi criada em setembro de 2017, inicialmente pela resolução nº 231/2017, logo transformada em nº. 24/2017 e Ato da Mesa nº. 209/2017.

Seu nome homenageia a Dra. Zilda Arns Neumann, médica pediatra que atuou em causas humanitárias e sanitárias, uma das fundadoras da Pastoral da Criança. Conselheira no Conselho Nacional de Saúde, Zilda Arns trabalhou também no Ministério da Saúde. Infelizmente veio a falecer em 12 de janeiro de 2010, no terremoto que assolou a cidade de Porto Príncipe, no Haiti.

AGRACIADOS 2023

AGRACIADO	CIDADE	INDICANTE
ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DE IÇARA-SC	IÇARA-SC	Dep. ANA PAULA LIMA (PT-SC)
LAR DA VOVÓ	BELO HORIZONTE-MG	Dep. PEDRO AIHARA (Patriotas-MG)
PAPA FRANCISCO (Jorge Mario Bergoglio)	VATICANO	Dep. ALIEL MACHADO (PV-PR)
TEATRO PARA MELHOR IDADE	RIO DE JANEIRO-RJ	Dep. REIMONT (PT-RJ)
VICENTE DE PAULA FALEIROS	BRASÍLIA-DF	Dep. ERIKA KOKAY (PT-DF) e Dep. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS)



PRÊMIO ZILDA ARNS 2023



SAÚDE E DIGNIDADE NO ENVELHECIMENTO
O MELHOR PRÊMIO POR UMA VIDA DE TRABALHO

Prêmio Zilda Arns pela Defesa e Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa

Solenidade de premiação
25 de outubro, quarta-feira, às 14h30, no Salão Nobre.

Venha prestigiar quem se destacou na promoção de ações de valorização e defesa dos direitos dos idosos.

Segundo-Secretaria 



Imagens: Agência Câmara/ Arquivo pessoal dos deputados/ Arquivo CIDOSO

SESSÃO SOLENE

DIA INTERNACIONAL E NACIONAL DA PESSOA IDOSA

Sessão solene

Como forma de homenagear essa população tão importante, a Câmara realizou uma sessão solene para celebrar o Dia Internacional e Nacional da Pessoa Idosa, que acontece todo dia primeiro de outubro, como foi instituído pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1990.

O evento reforçou a importância do Estatuto da Pessoa Idosa ([Lei nº 10.741/2003](#)), que completou 20 anos em 2023. Sua aprovação foi um marco na luta pelo reconhecimento das demandas particulares das pessoas idosas no Brasil.



DIA INTERNACIONAL E NACIONAL DA PESSOA IDOSA

Sessão solene



Imagens: Agência Câmara/ Arquivo pessoal



SEMINÁRIO

FÓRUM INTERCÂMBIO DE CONHECIMENTO EM COMPLICAÇÕES DO DIABETES

Seminário



O Fórum Intercâmbio de Conhecimentos em Complicações do Diabetes foi realizado em 21 de setembro de 2023 no Auditório Freitas Nobre, na Câmara dos Deputados, e teve por objetivo divulgar a prevenção e debater os diversos efeitos da doença na população — especialmente na mais idosa.

O Seminário foi solicitação do Deputado Zacharias Calil ([REQ_14/2023](#)), e contou com a participação de membros do Instituto da Visão, da Sociedade Brasileira de Retina e Vítreo, da Sociedade Brasileira de Cardiologia do Distrito Federal e da Coalizão Vozes do Advocacy em Diabetes e Obesidade, entre outros especialistas na área.

Requerimento	Autor	Tema	Realizada
REQ 14/2023 REQ 28/2023	Dr. Zacharias Calil	Debate sobre políticas públicas de atenção a complicações do diabetes	21/9/2023



PROPOSIÇÕES

PROPOSIÇÕES APRECIADAS

Requerimentos apreciados	47
Projetos de Lei apreciados	30 (principais) e 114 apensados

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTOS APRECIADOS

22 de março a 13 de dezembro

Requerimento	Autor	Ementa	Deliberado
REQ 1/2023	Marcos Tavares	Requer a realização de audiência pública, para discutir sobre aumento abusivo dos planos de saúde para idosos.	29/3/2023
REQ 2/2023	Flávia Morais	Requer que seja convidada a Sra. Secretária Nacional de Cuidados e Família, Sra. Laís Abramo a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar os planos, agenda estratégica e prioridades da atual gestão.	29/3/2023
REQ 3/2023	Aliel Machado	Requer a realização de Audiência Pública com a Ministra da Saúde e com o Presidente do Conselho Nacional da Saúde - CNS, para debater o Plano de Ação da pasta para o ano de 2023, em especial a atualização da Tabela de Procedimento do SUS	29/3/2023
REQ 4/2023	Aliel Machado	Requer a realização de audiência pública com o Ministro dos Direitos Humanos e com o Secretário Nacional da Pessoa Idosa para debater o plano de ação da pasta para o ano de 2023.	29/3/2023
REQ 6/2023	Rogéria Santos	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa para debater a falta de médicos geriatras e a possibilidade de acréscimo destes profissionais nas instituições de saúde.	3/5/2023
REQ 8/2023	Castro Neto	Requer a realização de Audiência Pública para debater o etarismo no Brasil.	3/5/2023

REQUERIMENTOS APRECIADOS

22 de março a 13 de dezembro

Requerimento	Autor	Ementa	Deliberado
REQ_9/2023	Flávia Morais	Requer a realização de audiência pública em alusão ao Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa.	03/5/2023
REQ_10/2023	Flávia Morais	Requer a realização de reunião de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Saúde, de Esporte e de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa a fim de debater estratégias para melhorar a adesão e o acesso das pessoas idosas à prática de esportes.	03/5/2023
REQ_11/2023	Castro Neto	Requer a realização de Audiência Pública para debater a Saúde na Terceira Idade.	03/5/2023
REQ_12/2023	Geraldo Resende	Requer a realização de Seminário para discutir as implicações do envelhecimento da população não indígena e indígena na sociedade brasileira.	03/5/2023
REQ_13/2023	Aliel Machado	Requer a realização de Audiência Pública para debater a ratificação da Convenção Interamericana sobre a proteção dos direitos humanos dos idosos.	03/5/2023
REQ_7/2023	David Soares	Requer que seja realizada a audiência pública na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa com o objetivo de ouvir especialistas sobre os novos desafios da pessoa idosa e as dificuldades enfrentadas pelas pessoas idosas para conseguirem a concessão dos auxílios de seguridade social.	10/5/2023

REQUERIMENTOS APRECIADOS

22 de março a 13 de dezembro

Requerimento	Autor	Ementa	Deliberado
REQ.14/2023	Dr. Zacharias Calil	Requer, nos termos regimentais, a realização do Fórum Intercâmbio de conhecimento em complicações do Diabetes.	10/5/2023
REQ.15/2023	Reginete Bispo	Requer a realização de Audiência Pública a fim de promover discussão para tratar da educação da população idosa, discutir com o MEC a possibilidade do EJA (Educação Jovem e Adulto) tornar-se EJAPI (Educação Jovem, Adulto e Pessoa Idosa) e dá outras providências.	10/5/2023
REQ.16/2023	Aliel Machado Castro Neto Flávia Morais Geraldo Resende Zé Haroldo Cathedral	Requer a esta comissão que seja autorizada a formação de uma comitiva a fim de representar o colegiado em missão oficial no Vaticano, na Santa Sé, e em Portugal, na Universidade de Coimbra, para buscar mecanismos que fomentem a defesa dos direitos da pessoa idosa.	10/5/2023
REQ.17/2023	Aliel Machado	Requer a realização de audiência pública com o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral para debater o Projeto de Lei n. 1815/2023 referente ao Programa Cidadania Plena.	10/5/2023
REQ.18/2023	David Soares Flávia Morais	Requer a realização do I Seminário Internacional Sistema e Política de Cuidados no Brasil, conjunto com a Comissão de Defesa das Pessoa com Deficiência e Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, para debater a criação do sistema e política de cuidado no Brasil.	10/5/2023
REQ.19/2023	Flávia Morais	Requer a realização de seminário na ALEGO (Assembleia Legislativa do Estado de Goiás) para debater a situação das Instituições de Longa Permanência para os Idosos no Estado de Goiás.	14/6/2023

REQUERIMENTOS APRECIADOS

22 de março a 13 de dezembro

Requerimento	Autor	Ementa	Deliberado
REQ_20/2023	Aliel Machado	Requer a formação de delegação de parlamentares para Visita Técnica junto ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral - TSE.	14/6/2023
REQ_21/2023	Flávio Nogueira	Requer a realização de seminário, em Teresina-PI, para discutir os avanços e retrocessos ao longo dos 20 anos de vigência do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003). O evento em tela também pretende discutir, de maneira especial, a situação dos idosos no Piauí.	14/6/2023
REQ_22/2023	David Soares	Requer a realização de Audiência Pública para debater as reclamações relativas ao tempo de espera para a concessão de benefícios de seguridade social.	02/8/2023
REQ_23/2023	Castro Neto	Requer a realização de Visita Técnica à cidade de Pato Branco/PR, para que sejam apresentadas aos parlamentares da CIDOSO as metodologias utilizadas para o credenciamento do município a Rede Global da OMS de Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas.	02/8/2023
REQ_24/2023	Castro Neto	Propõe o estabelecimento de acordo de Cooperação Técnica entre a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e a Organização PanAmericana de Saúde – OPAS/OMS.	02/8/2023
REQ_25/2023	Dr. Zacharias Calil	Requer a realização de Audiência Pública para discutir o Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT), em virtude do Mês de Combate ao Tabagismo.	02/8/2023

REQUERIMENTOS APRECIADOS

22 de março a 13 de dezembro

Requerimento	Autor	Ementa	Deliberado
REQ 26/2023	Dr. Zacharias Calil	Requeiro aditamento ao Requerimento 25/2023 que Requer a realização de Audiência Pública para discutir o Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT), em virtude do Mês de Combate ao Tabagismo.	02/8/2023
REQ 27/2023	Castro Neto	Requer autorização para que a Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa realize coffee break na Sessão Solene em celebração ao Dia Nacional do Idoso.	09/8/2023
REQ 28/2023	Dr. Zacharias Calil	Requer aditamento ao Requerimento 14-2023 para inclusão de convidados para participação no Fórum Intercâmbio de conhecimento em complicações do Diabetes, no âmbito desta Comissão.	16/8/2023
REQ 29/2023	Aliel Machado	Requer a realização de Concurso de Artigos Científicos sobre a Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.	23/8/2023
REQ 30/2023	Rogéria Santos	Requer a aprovação de missão oficial de membros dessa comissão, com ônus para a Câmara dos Deputados, para que realize visita técnica a Instituição de Longa Permanência para Pessoa Idosa.	23/8/2023
REQ 31/2023	Flávia Morais	Requer a inclusão de convidado no Req. 18/2023 - Requer a realização do I Seminário Internacional Sistema e Política de Cuidados no Brasil, conjunto com a Comissão de Defesa Dos Direitos da Mulher, Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Comissão do Trabalho, Saúde e Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, para debater a criação do sistema e política de cuidado no Brasil.	23/8/2023

REQUERIMENTOS APRECIADOS

22 de março a 13 de dezembro

Requerimento	Autor	Ementa	Deliberado
REQ_34/2023	Flávia Morais Sargento Portugal Zé Haroldo Cathedral e outros	Requer Moção de Pesar pelo falecimento do Sr. Eduardo Luiz Barros Barbosa.	30/8/2023
REQ_35/2023	Castro Neto	Requer a iluminação do Congresso Nacional, na tonalidade roxa, na semana do mês de outubro em que ocorrerá a sessão solene em homenagem ao Dia Internacional da Pessoa Idosa.	30/8/2023
REQ_36/2023	Dr. Zacharias Calil	Requer aditamento ao Requerimento 14-2023 para inclusão de convidados para participação no Fórum Intercâmbio de conhecimento em complicações do Diabetes, no âmbito desta Comissão.	30/8/2023
REQ_37/2023	Aliel Machado	Requer autorização para que a Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa realize coquetel na celebração da entrega do Prêmio Zilda Arns .	13/9/2023
REQ_38/2023	Alexandre Lindenmeyer	Propõe a realização de Audiência Pública na Comissão de Defesa dos Direitos da População Idosa (CIDOSO) com a temática: "O planejamento do Estado brasileiro frente às mudanças demográficas em curso: desafios e projeções".	13/9/2023
REQ_39/2023	Aliel Machado	Requer a iluminação do Congresso Nacional, na tonalidade roxa, no mês de Setembro de 2023, em alusão ao mês mundial de conscientização sobre Alzheimer e outras demências.	13/9/2023

REQUERIMENTOS APRECIADOS

22 de março a 13 de dezembro

Requerimento	Autor	Ementa	Deliberado
REQ 40/2023	Aliel Machado	Requer a realização de Audiência Pública para debater os 20 (vinte) anos da promulgação do Estatuto da Pessoa Idosa.	13/9/2023
REQ 41/2023	Dr. Zacharias Calil	Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde, a fim de debater a continuidade do Projeto de Análise dos Glicosímetros, já iniciado pela Anvisa em 2016.	10/10/2023
REQ 42/2023	Geraldo Resende	Requer que seja aprovada a realização de audiência pública na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, para debater sobre a importância da profissão de gerontólogo na estruturação de políticas públicas relacionadas às pessoas idosas, previstas no PL N° 9.003, de 2017.	08/11/2023
REQ 43/2023	Flávia Morais	Requer a realização de audiência pública para debater o “Envelhecimento Populacional e políticas de cuidado”.	08/11/2023
REQ 44/2023	Aliel Machado	Requer a realização de um coffee break em virtude da apresentação do balanço de final de ano	08/11/2023
REQ 45/2023	Prof. Paulo Fernando	Requer a realização de Audiência Pública para debater o suicídio entre Pessoas Idosas.	22/11/2023

REQUERIMENTOS APRECIADOS

22 de março a 13 de dezembro

Requerimento	Autor	Ementa	Deliberado
REQ_46/2023	Reimont	Requer a impressão da cartilha informativa Economia de Francisco e Clara - material tem o objetivo de popularizar o chamado do Papa Francisco para uma nova economia e levantar discussão sobre novas experiências econômicas.	22/11/2023
REQ_47/2023	Aliel Machado	Requer a impressão do Estatuto da Pessoa Idosa em Braille, centrado na promoção da igualdade de acesso à informação e no respeito aos direitos das pessoas cegas ou com deficiência visual	29/11/2023
REQ_48/2023	Prof. Paulo Fernando	Requer a realização de Audiência Pública do Projeto de Lei 4702 de 2012, e seus apensados, que dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador da pessoa e da adoção.	29/11/2023
REQ_49/2023	Flávia Morais	Requer que seja convidado a Sr. Secretário Nacional dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, Sr. Alexandre da Silva a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar as ações realizadas no ano de 2023.	6/12/2023
REQ_50/2023	Alexandre Lindenmeyer	Requer a realização de audiência pública na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO) para tratar dos princípios e objetivos da Campanha da Fraternidade 2024 e destacar a porvindoura celebração dos seus 60 anos de mobilização social em 2024.	12/12/2023

PROJETOS DE LEI

PROJETOS APRECIADOS

22 de março a 13 de dezembro

Projeto de Lei	Autor(a)	Ementa	Relator(a)	Deliberado
PL 2119/2019	Pompeo de Mattos	Fica criado o Título de "Cidade Amiga do Idoso", a ser conferido às cidades que se destacarem na adoção de políticas e iniciativas que visam assegurar um tratamento mais digno as pessoas idosas.	Dr. Zacharias Calil	14/06/2023
PL 3990/2019	Juninho do Pneu	Obriga a prestação de contas e fiscalização dos recursos aplicados em políticas públicas de atendimento ao idoso.	Rogéria Santos	14/06/2023
PL 4036/2020	Léo Moraes	Altera a Lei nº 9.503 de 23 setembro de 1997 para determinar que o valor da taxa para renovação do Exame de Aptidão Física e Mental será gratuita ao condutor com mais de sessenta e cinco anos de idade.	Dayany Bittencourt	14/06/2023
PL 171/2021	Alexandre Frota	Cria a Creche do Idoso, espaço onde os usuários poderão contar, dentre outros, com serviços de saúde, nutrição, educação física e assistência social.	Miguel Lombardi	14/06/2023
PL 4145/2015	Luciano Ducci	Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para criar o Conselho de Proteção ao Idoso.	Flávia Moraes	02/08/2023
PL 2814/2020	Alexandre Frota	Acrescenta o item X ao parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, para dar prioridade no andamento de processos administrativos e judiciais.	Alexandre Lidenmeyer	09/08/2023

PROJETOS APRECIADOS

22 de março a 13 de dezembro

Projeto de Lei	Autor	Ementa	Relator	Deliberado
PL 1598/2020	Senado Federal – Edison Lobão	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a possibilidade de doação direta, dedutível do imposto sobre a renda, aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente ou a projetos de organizações da sociedade civil aprovados pelos respectivos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Prof. Paulo Fernando	16/08/2023
PL 3413/2021	Julio Cesar Ribeiro	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para dispor sobre o símbolo a ser utilizado para referência a direito do idoso.	Reginete Bispo	16/08/2023
PL 384/2023	Ana Paula Leão	Altera as Leis nºs 8.842, de 4 de janeiro de 1994, e 10.741, de 1º de outubro de 2003 e suas alterações, para incluir dentre as competências dos órgãos e entidades públicos na implementação da Política Nacional da Pessoa Idosa a promoção de programas de construção e manutenção de unidades residenciais privativas multifamiliares públicas específicas.	Zé Haroldo Cathedral	16/08/2023
PL 3273/2021	Mara Rocha	Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento gratuito, de fraldas descartáveis aos idosos e aos portadores de necessidade especial, que estejam em situação de vulnerabilidade econômica.	Miguel Lombardi	23/08/23

PROJETOS APRECIADOS

22 de março a 13 de dezembro

Projeto de Lei	Autor	Ementa	Relator	Deliberado
PL 1278/2023	Saullo Vianna	Dispõe sobre a implantação de espaços de lazer aparelhados para atividades da terceira idade nos programas habitacionais executados pela União.	Eriberto Medeiros	23/08/23
PL 1889/2023	Helio Lopes	Garante aos idosos e analfabetos que pelo menos 10% (dez por cento) do total de atendimentos à distância seja realizado no formato presencial, em estabelecimentos públicos e privados.	Sargento Portugal	30/08/23
PL 2877/2023	Jeferson Rodrigues	Estabelece redução de carga horária para idosos no período de aviso prévio.	Sargento Portugal	30/08/23
PL 1616/2011	Sueli Vidigal	Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de um profissional da área de enfermagem, enfermeiro ou técnico de enfermagem, nas unidades da rede pública de creches e escolas de educação infantil, e dá outras providências.	Márcio Marinho	13/09/23
PL 990/2022	Senado Federal – Renan Calheiros	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre o atendimento domiciliar por cuidadores de idosos e sobre a capacitação de cuidadores de idosos.	Rogéria Santos	10/10/23
PL 2938/2023	Miguel Lombardi	Institui o Programa de Inclusão Sociodigital para a População Idosa por meio do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.	Flávia Moraes	10/10/23

PROJETOS APRECIADOS

22 de março a 13 de dezembro

Projeto de Lei	Autor	Ementa	Relator	Deliberado
PL 6047/2013	Dr. Jorge Silva	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para proibir a cobrança de estacionamento a condutores idosos.	Reimont	25/10/2023
PL 2714/2020	Miguel Lombardi	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para garantir o direito de receber, na residência, os comprovantes de rendimentos para a finalidade do ajuste anual do Imposto de Renda às pessoas com qualquer deficiência e aos cidadãos com mais de 60 anos de idade.	Geraldo Resende	25/10/2023
PL 2733/2023	Silvye Alves	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para determinar a obrigatoriedade de comunicação sobre o desaparecimento de pessoas idosas para integração com o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, instituído pela Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019.	Reimont	25/10/2023
PL 66/2020	Alexandre Frota	Institui o Programa de Atendimento Especializado do Idoso nos hospitais e unidades de pronto atendimento.	Marcos Tavares	8/11/23
PL 2806/2022	Capitão Alberto Neto	Concede isenção do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) sobre as operações de crédito pessoal, inclusive empréstimo consignado, realizadas por aposentados, pensionistas, por pessoas com deficiência física e pelos beneficiários do Programa Auxílio Brasil.	Sargento Portugal	8/11/23

PROJETOS APRECIADOS

22 de março a 13 de dezembro

Projeto de Lei	Autor	Ementa	Relator	Deliberado
PL 1405/2023	Afonso Mota	Altera o artigo 60 da 14.133/21 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.	Aliel Machado	8/11/2023
PL 4156/2023	Capitão Alberto Neto	Altera as Leis nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, e nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o programa de preparação para aposentadoria a partir dos cinquenta anos de idade	Meire Serafim	8/11/2023
PL 2567/2011	Senado Federal - Rodrigo Rollemberg	Altera o § 2º do art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar os benefícios previdenciários devidos ao aposentado que retomar ao trabalho.	Castro Neto	22/11/2023
PL 4712/2023	Pastor Gil	Dispõe sobre o Incentivo Financeiro para Alfabetização de Idosos nos Municípios.	Reimont	22/11/2023
PL 185/2011	Weliton Prado Ricardo Izar	Dispõe sobre a garantia de percentual de moradias para idosos no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).	Castro Neto	8/11/23
PL 4391/2021	Senado Federal – Nelsinho Trad	Institui o Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos em Áreas Urbanas (Pnami) e dá outras providências.	Zé Haroldo Cathedral	6/12/2023

Projeto de Lei	Autor	Ementa	Relator	Deliberado
PL 1067/2022	Senado Federal - Jader Barbalho	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para permitir às pessoas idosas tratamento prioritário e adequado na rede hospitalar em caso de diagnóstico de neoplasia maligna.	Ossesio Silva	6/12/2023
PL 1930/2023	Júnior Mano	Acrescenta parágrafo ao art. 52, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, com o objetivo de garantir ao consumidor idoso a opção de receber gratuitamente os demonstrativos e faturas de cartão de crédito em formato físico e com antecedência mínima de dez dias do respectivo vencimento.	Simone Marquette	13/12/2023
PL 2403/2023	Coronel Zucco	Dispõe sobre o direito à gratuidade de justiça aos portadores de doenças graves	Eriberto Medeiros	13/12/23

PROJETOS DE LEI APENSADOS

PROJETOS APENSADOS

22 de março a 13 de dezembro

Projeto de Lei Principal	Projeto de Lei Apensado	Autor(a)	Ementa	Relator(a)	Deliberado
PL 4145/2015	PL 7220/2017	Delegado Waldir	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para criar o Conselho Curador do Idoso.	Dr. Zacharias Calil	02/08/2023
	PL 3631/2019	Dr. Luiz Ovando	Dispõe sobre a criação, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, do Serviço de Assistência Comunitária à Pessoa Idosa - SERVIDOSO.		
PL 1598/2020	PL 6620/2013	Edmar Arruda	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências"; para permitir a realização de doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente - nacional, estadual ou municipal -, referentes ao ano-calendário anterior, até o limite de 6% na data da entrega da declaração do Imposto sobre a Renda no ano-exercício subsequente.	Prof. Paulo Fernando	16/08/2023
	PL 7240/2014	Antonio Carlos Mendes Thame	Altera a redação dos arts. 260, 260-B e 260-I da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.		
	PL 596/2019	Flávia Arruda	Acrescenta §6º ao art. 260 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.		

PROJETOS APENSADOS

22 de março a 13 de dezembro

Projeto de Lei Principal	Projeto de Lei Apensado	Autor(a)	Ementa	Relator(a)	Deliberado
PL 1598/2020	PL 54/2020	Alexandre Frota	Acrescenta §6º ao art. 260 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.	Prof. Paulo Fernando	16/08/2023
	PL 1463/2019	Aécio Neves	Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica das doações realizadas às entidades sem fins lucrativos que prestem serviços de atendimento institucional a crianças e adolescentes.		
	PL 5199/2019	Filipe Barros	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para possibilitar às pessoas jurídicas tributadas pelo lucro presumido a dedução do Imposto de Renda devido no que tange às doações feitas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.		
	PL 869/2015	Eliziane Gama	Altera o Art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) elevando os percentuais de deduções no IRPF para doações ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.		
	PL 3371/2015	Eros Biondini	Altera o art. 260-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar o limite do percentual de dedução no IRPF para doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente.		

PROJETOS APENSADOS

22 de março a 13 de dezembro

Projeto de Lei Principal	Projeto de Lei Apensado	Autor(a)	Ementa	Relator(a)	Deliberado
PL 1598/2020	PL 7620/2017	Hugo Leal	Cria o incentivo "Padrinho das Crianças e Adolescentes", destinado a angariar recursos aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais.	Prof. Paulo Fernando	16/08/2023
	PL 7778/2017	Luis Carlos Heinze	Altera o art. 10 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e o art. 260-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para permitir que os contribuintes optantes pelo desconto simplificado possam deduzir do imposto de renda as doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e eleva o limite de dedução dessas doações para seis por cento quando realizadas na Declaração de Ajuste Anual.		
	PL 9812/2018	Rogério Peninha Mendonça	Altera a legislação do Imposto de Renda da Pessoa Física - IRPF, para permitir aos contribuintes optantes pelo desconto simplificado a dedução das doações aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso.		
	PL 10317/2018	Herculano Passos	Altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para autorizar a pessoa física a realizar doações aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda.		
	PL 1896/2022	Leandre	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para possibilitar que a doação aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, seja feita pela pessoa física em sua Declaração de Ajuste Anual até o limite de 6% (seis por cento).		

PROJETOS APENSADOS

22 de março a 13 de dezembro

Projeto de Lei Principal	Projeto de Lei Apensado	Autor(a)	Ementa	Relator(a)	Deliberado
PL 1598/2020	PL 9752/2018	Marcos Rogério	Cria a campanha "Declare seu Amor" de incentivo à doação de parte do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 12, inciso I, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.	Prof. Paulo Fernando	16/08/2023
	PL 534/2019	Subtenente Gonzaga	Altera o art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para permitir que o contribuinte pessoa física possa optar por ter suas doações descontadas da parcela mensal do imposto de renda retido na fonte		
	PL 9812/2018	Roberto de Lucena	Acrescenta parágrafos ao art. 260 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.		
	PL 1789/2019	Senado Federal – Flávio Arns	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para elevar para 6% (seis por cento) do imposto devido o limite de dedutibilidade do valor das doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente efetuadas diretamente na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas.		

PROJETOS APENSADOS

22 de março a 13 de dezembro

Projeto de Lei Principal	Projeto de Lei Apensado	Autor(a)	Ementa	Relator(a)	Deliberado
PL 3413/2021	PL 5/2023	Weliton Prado	Dispõe sobre a substituição do símbolo indicativo representado por uma pessoa curvada de bengala em vagas, assentos, filas e outros lugares em que haja prioridade de atendimento à pessoa idosa.	Reginete Bispo	16/08/2023
PL 3273/2021	PL 2452/2022	Ney Leprevost	Altera a Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto da Pessoa Idosa, para assegurar o fornecimento gratuito, pelo Poder Público, de fraldas descartáveis geriátricas às Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI's sem fins lucrativos.	Miguel Lombardi	23/08/23
PL 1616/2011	PL 5780/2013	Anderson Ferreira	Dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de um posto de saúde em cada escola de ensino fundamental e médio.	Márcio Marinho	13/09/23
	PL 7077/2014	Major Fábio	Obriga os estabelecimentos de ensino, creches e unidades de atenção a idosos a oferecer treinamento de primeiros socorros a seus profissionais.		
	PL 7434/2014	Heuler Cruvinel	Torna obrigatório o curso de prevenção de acidentes e primeiros socorros em todas as escolas e creches públicas em todo o território brasileiro.		
	PL 277/2019	Rubens Otoni	Torna obrigatória a realização de curso de prevenção de acidentes e primeiros socorros em todas as escolas e creches públicas em todo o território brasileiro.		

PROJETOS APENSADOS

22 de março a 13 de dezembro

Projeto de Lei Principal	Projeto de Lei Apensado	Autor(a)	Ementa	Relator(a)	Deliberado
PL 1616/2011	PL 8641/2017	Nivaldo Albuquerque	Dispõe sobre a obrigatoriedade de ensino de primeiros socorros aos profissionais que atuam em estabelecimentos de educação infantil e ensino fundamental.	Márcio Marinho	13/09/23
	PL 10233/2018	Victor Mendes	Dispõe sobre a obrigatoriedade de ministração de cursos de prevenção a acidentes e primeiros socorros aos monitores de todas as escolas, primárias e creches públicas ou particulares e orfanatos em todo o território nacional.		
	PL 2215/2019	Magda Mofatto	Torna obrigatório o curso de prevenção de acidentes e primeiros socorros em todas as escolas e creches públicas em todo o território brasileiro.		
	PL 7315/2014	Luiz de Deus	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de ambulatórios para pronto atendimento de primeiros socorros, com a permanência mínima de um profissional da área de enfermagem em cada estabelecimento de ensino da educação básica.		
	PL 152/2015	Félix Mendonça Júnior	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de ambulatórios em universidades públicas e particulares na forma que especifica, e dá outras providências.		
	PL 1643/2015	Roberto Britto	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de ambulatórios para pronto atendimento de primeiros socorros, com a permanência mínima de um profissional da área de saúde em cada estabelecimento de ensino da educação.		

PROJETOS APENSADOS

22 de março a 13 de dezembro

Projeto de Lei Principal	Projeto de Lei Apensado	Autor(a)	Ementa	Relator(a)	Deliberado
PL 1616/2011	PL 2709/2015	Aureo Ribeiro	Torna obrigatória a existência de enfermagem e a permanência de técnico de enfermagem em estabelecimentos de ensino que atendam a quinhentos ou mais alunos.	Márcio Marinho	13/09/23
	PL 7986/2014	Vitor Paulo	Dispõe sobre a criação do Programa Creche Saudável visando propiciar o acompanhamento médico, nutricional e psicológico para crianças nas creches públicas e comunitárias		
	PL 8013/2014	Dr. Jorge Silva	Dispõe sobre a assistência psicológica ao educando da educação básica.		
	PL 1543/2015	Dr. Jorge Silva	Inserir dispositivo na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de forma a dispor sobre a obrigação de que as redes públicas de educação básica contem com serviços de apoio técnico de psicologia para atender as necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação.		
	PL 2729/2019	Professora Dayane Pimentel	Acrescenta inciso ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para fixar o dever do Estado com a oferta de atendimento psicológico e socioassistencial no âmbito da educação básica.		
PL 3426/2019	José Ricardo	Acrescenta parágrafo único ao art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional), para assegurar, nos estabelecimentos de ensino, da rede pública e privada de educação básica, a atuação profissional de assistentes sociais, psicólogos (as) e nutricionistas.			

PROJETOS APENSADOS

22 de março a 13 de dezembro

Projeto de Lei Principal	Projeto de Lei Apensado	Autor(a)	Ementa	Relator(a)	Deliberado
PL 1616/2011	PL 140/2023	Rubens Otoni	Acrescenta parágrafo único ao art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional), para assegurar, nos estabelecimentos de ensino, da rede pública e privada de educação básica, a atuação profissional de assistentes sociais, psicólogos (as) e nutricionistas.	Márcio Marinho	13/09/23
	PL 3548/2023	Marcos Tavares	Institui a obrigatoriedade do nutricionista em instituições privadas de ensino infantil, fundamental e médio, e dá outras providências		
	PL 4535/2019	Célio Studart	Institui o programa de incentivo à presença dos assistentes sociais nas escolas		
	PL 4537/2019	Marreca Filho	Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas Escolas públicas de educação básica.		
	PL 3408/2021	Tabata Amaral e outros	Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares.		

PROJETOS APENSADOS

22 de março a 13 de dezembro

Projeto de Lei Principal	Projeto de Lei Apensado	Autor(a)	Ementa	Relator(a)	Deliberado
PL 1616/2011	PL 2527/2015	Marcela Álvaro Antônio	Institui a obrigatoriedade de atendimento psicológico nas escolas de educação básica, fundamental e ensino médio	Márcio Marinho	13/09/23
	PL 4401/2016	Alan Rick	Dispõe sobre a oferta de atendimento psicológico para os professores que atuam nas redes públicas de educação básica.		
	PL10003/2018	Rômulo Gouveia	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para instituir a garantia de exames psicológicos periódicos e atendimento psicológico e psiquiátrico aos profissionais da educação básica.		
	PL 1571/2019	Célio Studart	Institui, em todo o território nacional, o programa de incentivo à presença de psicólogos e psicopedagogos nas escolas		
	PL 2054/2019	Otoni de Paula	Acrescenta o artigo 28-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação.		
	PL 2354/2019	Enéias Reis	Acrescenta artigo à Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a obrigatoriedade de acompanhamento do processo educacional escolar por profissional da psicologia da educação.		

PROJETOS APENSADOS

22 de março a 13 de dezembro

Projeto de Lei Principal	Projeto de Lei Apensado	Autor(a)	Ementa	Relator(a)	Deliberado
PL 1616/2011	PL 2478/2019	Julian Lemos	Designa a obrigatoriedade de psicólogo educacional em todas as instituições de ensino no país.	Márcio Marinho	13/09/23
	PL 4954/2019	Célio Studart	Determina que as escolas das redes públicas e privadas deverão prestar acompanhamento psicopedagógico a alunos diagnosticados com TDAH e depressão		
	PL 3195/2019	Rosana Valle	Acrescente-se o artigo 28-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação para dispor sobre o atendimento psicopedagógico nas instituições de ensino.		
	PL 1850/2023	Paulinho Freire	Dispõe sobre a prestação de serviços de neuropsicopedagogia nas instituições de educação básica.		
	PL 2806/2019	Gustinho Ribeiro	Determina a presença de psicólogos em escolas de ensino fundamental da rede pública.		
	PL 1878/2019	José Medeiros	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para exigir a presença de profissionais da área de psicologia no quadro funcional dos estabelecimentos de educação básica.		

PROJETOS APENSADOS

22 de março a 13 de dezembro

Projeto de Lei Principal	Projeto de Lei Apensado	Autor(a)	Ementa	Relator(a)	Deliberado
PL 1616/2011	PL 1563/2021	Jéssica Sales	Dispõe sobre alterações na lei 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que versa sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, e dá outras providências.	Márcio Marinho	13/09/23
	PL 888/2023	Fernanda Pessoa	Dispõe sobre a expansão do atendimento psicológico na rede pública de ensino.		
	PL 1839/2023	Silvye Alves	Altera a Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, para dispor sobre a obrigatoriedade de profissional da psicologia na rede pública e privada da educação básica.		
	PL 1974/2023	Flávia Morais	Altera a Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, para dispor sobre a saúde mental infanto-juvenil nas redes públicas e privadas de educação básica.		
	PL 2465/2023	Rodrigo Gambali	Cria o serviço de apoio psicológico ao aluno em situação de vulnerabilidade em todo o território nacional e fixa outras providências.		
	PL 3538/2019	Edna Henrique	Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade da prestação de assistência psicológica aos alunos da educação básica.		

PROJETOS APENSADOS

22 de março a 13 de dezembro

Projeto de Lei Principal	Projeto de Lei Apensado	Autor(a)	Ementa	Relator(a)	Deliberado
PL 1616/2011	PL 374/2020	Célio Studart	Dispõe sobre a assistência psicológica e social aos alunos matriculados em instituições de ensino públicas federais vítimas de violência urbana	Márcio Marinho	13/09/23
	PL 858/2021	Rosângela Gomes	Autoriza o Poder Público Federal a criar, a desenvolver e a viabilizar um Serviço Social e Psicológico nas Escolas, a partir da implantação de assistência social e de profissionais de psicologia na rede pública de educação básica.		
	PL 271/2021	Roberto de Lucena	Dispõe sobre o atendimento psicológico a alunos de escolas públicas por profissionais do SUS.		
	PL 6698/2016	Fernando Torres	Torna obrigatória a presença de profissional da área de Fonoaudiologia em todas as escolas públicas e privadas de ensino fundamental.		
	PL 2865/2022	José Nelto	Dispõe sobre a obrigatoriedade da visita bimestral de um especialista em fonoaudiologia, em escolas públicas e privadas de ensino fundamental.		
	PL 252/2023	José Nelto	Institui o Programa de Atendimento Médico nas Creches e Berçários públicos.		

PROJETOS APENSADOS

22 de março a 13 de dezembro

Projeto de Lei Principal	Projeto de Lei Apensado	Autor(a)	Ementa	Relator(a)	Deliberado
PL 1616/2011	PL 7834/2017	Lobbe Neto	Altera o art. 29 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para tornar obrigatória a presença de pessoa treinada para administrar insulina em estabelecimentos de ensino infantil.	Márcio Marinho	13/09/23
	PL 10802/2018	Irmão Lázaro	Dispõe sobre o Programa de Prevenção e Controle do Diabetes nas crianças e adolescentes matriculados em estabelecimentos públicos de ensino da educação infantil e da educação fundamenta		
	PL 3304/2021	Alexandre Frota	Determina a implementação de ações de prevenção e controle do diabetes em crianças e adolescentes matriculados nas escolas da rede de ensino público e privado no Estado.		
	PL 509/2023	Alberto Fraga	Dispõe sobre determinação para que a União, os estados e o Distrito Federal e os municípios dispensem atenção especial à criança ou ao adolescente diagnosticado com diabetes mellitus do tipo 1 em escolas públicas e privadas e no atendimento emergencial de saúde.		
	PL 374/2022	Célio Silveira	Altera a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre os cuidados com o aluno portador de Diabetes Mellitus.		
	PL 2604/2022	José Nelto	Dispõe sobre medidas para assegurar e educar crianças diabéticas.		

PROJETOS APENSADOS

22 de março a 13 de dezembro

Projeto de Lei Principal	Projeto de Lei Apensado	Autor(a)	Ementa	Relator(a)	Deliberado
PL 1616/2011	PL 1246/2023	Juninho do Pneu	Institui a Política Nacional de Assistência Integral à Pessoa com Diabetes Mellitus na Infância e Juventude	Márcio Marinho	13/09/2023
	PL 2940/2022	Ney Leprevost	Institui o “Programa ABC Diabetes nas Escolas”, a ser implementado nas instituições de ensino públicas e privadas, em todo o território nacional.		
	PL 3626/2019	Célio Studart	Dispõe que instituições de ensino fundamental e médio em disponham de pessoa treinada para realizar teste de glicemia e administrar insulina em crianças e adolescentes portadores de diabetes.		
	PL 3089/2019	Felipe Carreras	Estabelece a obrigatoriedade de manutenção de um profissional da área de enfermagem, enfermeiro ou técnico de enfermagem, nas escolas da Educação Básica.		
PL 6047/2013	PL 6317/2013	Chico Lopes	Acrescenta parágrafo ao art. 41 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.	Reimont	25/10/2023
	PL 2277/2022	Ronaldo Martins	Acrescenta parágrafo ao art. 41 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.		

PROJETOS APENSADOS

22 de março a 13 de dezembro

Projeto de Lei Principal	Projeto de Lei Apensado	Autor(a)	Ementa	Relator(a)	Deliberado
PL 6047/2013	PL 2867/2015	Vinicius Carvalho	Altera a Lei nº 10.741/2003, o Estatuto do Idoso, para proibir a cobrança de estacionamento a condutores idosos	Reimont	25/10/2023
	PL 3150/2015	Fernando Torres	Dá nova redação Artigo 41 da Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003(Estatuto do Idoso)		
PL 66/2020	PL 3017/2021	José Nelto	Cria o Programa de Atendimento Médico-Geriátrico para as pessoas idosas na rede pública	Marcos Tavares	8/11/2023
	PL 1986/2023	Padovani	Institui a criação do Programa Unidade Básica de Saúde – UBS Geriátrica em municípios com população igual ou superior a 10 mil habitantes		
PL 2567/2011	PL 5668/2009	Celso Maldaner	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir o recálculo da renda mensal do benefício de segurado que permanece ou que retorna a atividade	Castro Neto	22/11/2023
	PL 5693/2009	Arnaldo Faria de Sá	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir o recálculo do valor da aposentadoria com base no tempo e no valor das contribuições correspondentes a atividades exercidas pelo aposentado do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.		

PROJETOS APENSADOS

22 de março a 13 de dezembro

Projeto de Lei Principal	Projeto de Lei Apensado	Autor(a)	Ementa	Relator(a)	Deliberado
PL 2567/2011	PL 6552/2009	Rodrigo Rollemberg	Altera o art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar os benefícios previdenciários devidos ao aposentado que retornar ao trabalho.	Castro Neto	22/11/2023
	PL 6951/2010	Cleber Verde	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.		
	PL 7369/2010	Eduardo Barbosa	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir o recálculo da renda mensal da aposentadoria do segurado que permanece ou retorna à atividade		
	PL 1168/2011	Dr. Ubiali	Altera o art. 18, § 2º, acrescentando o art. 37-A, acrescenta o parágrafo único ao art. 54, modifica o inciso III do art. 96, acrescenta o parágrafo único ao art. 96, todos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, regulamentando os institutos da Desaposentação e da Despensão		
	PL 2920/2015	Carlos Bezerra	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para conceder ao aposentado que permanece ou retorna à atividade e a seu dependente beneficiário da pensão por morte o direito à renúncia à aposentadoria e ao recálculo da renda mensal do benefício		
	PL 5396/2013	Eduardo Sciarra	Altera as Leis nº 8.212, de 24 de junho de 1991, e nº 8.213, de 24 de junho de 1991, para dar ao segurado a opção de postergar a data de início da aposentadoria e dá outras providências.		

PROJETOS APENSADOS

22 de março a 13 de dezembro

Projeto de Lei Principal	Projeto de Lei Apensado	Autor(a)	Ementa	Relator(a)	Deliberado
PL 2567/2011	PL 7842/2014	Jaime Martins	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para garantir ao aposentado que permanece ou retorna à atividade o direito à renúncia à aposentadoria e ao recálculo da renda mensal do benefício.	Castro Neto	22/11/2023
	PL 8007/2014	Arnaldo Faria de Sá	Acrescenta novo período a aposentadoria por tempo de contribuição		
	PL 1990/2015	Fábio Mitidieri	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estabelecer a garantia do recálculo do benefício do aposentado do Regime Geral de Previdência Social que retorna ou permanece em atividade.		
	PL 7098/2017	Tenente Lúcio	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para permitir o recálculo do valor da aposentadoria do segurado que permanecer ou retornar à atividade sujeita ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS		
	PL 2675/2011	Senado Federal – João Vicente Claudino	Altera o art. 46 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar a suspensão da aposentadoria por invalidez em virtude de retorno voluntário à atividade profissional.		
	PL 2687/2011	Luis Tibé	Dá nova redação aos arts. 46 e 47 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991		

PROJETOS APENSADOS

22 de março a 13 de dezembro

Projeto de Lei Principal	Projeto de Lei Apensado	Autor(a)	Ementa	Relator(a)	Deliberado
PL 2567/2011	PL 3541/2015	Arnaldo Faria de Sá	Altera o art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991	Castro Neto	22/11/2023
	PL 4862/2016	Diego Andrade	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre benefício a ser concedido àqueles que permanecerem em atividade mesmo após cumpridos os requisitos para aposentadoria por idade ou por tempo de contribuição no âmbito do Regime Geral de Previdência Social		
	PL 6576/2016	Fábio Mitidieri	Altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para especificar os direitos dos aposentados pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS que tornam a exercer atividades profissionais submetidas a este Regime		
	PL 10466/2018	Norma Ayub	Altera as Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para permitir o recálculo da renda mensal do benefício do aposentado que permanece ou retorna à atividade laborativa. Torna facultativa a contribuição do segurado na mesma condição. Permite a devolução das contribuições vertidas se o recálculo não majorar a renda mensal de benefício.		
	PL 929/2022	Ricardo Silva	Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para tornar facultativa a contribuição previdenciária ao aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida por aquele regime e garante ao optante pela contribuição a cumulação de seu benefício de aposentadoria com o auxílio-doença ou auxílio-acidente, limitado ao valor de 1 salário-mínimo.		

PROJETOS APENSADOS

22 de março a 13 de dezembro

Projeto de Lei Principal	Projeto de Lei Apensado	Autor(a)	Ementa	Relator(a)	Deliberado
PL 2567/2011	PL 3884/2015	Vicentinho	Altera O §4º do art. 12 da Lei nº 8.212 de 24 de junho de 1991, que dispõe sobre a organização da seguridade social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências	Castro Neto	22/11/2023
	PL 8844/2017	Benedita da Silva	Altera as Leis nºs 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e 8.212, de 24 de julho de 1991, para isentar do imposto de renda as aposentadorias, as pensões e os rendimentos provenientes de transferência para a reserva remunerada ou reforma, e isentar da contribuição à previdência social o aposentado que exercer atividade abrangida pelo Regime Geral de Previdência Social		
	PL 1135/2020	Roberto de Lucena	Torna proibida a contribuição previdenciária do trabalhador aposentado		
	PL 4851/2020	Capitão Alberto Neto	Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para estabelecer que o aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida por aquele regime não é segurado obrigatório em relação a essa atividade, não incidindo sobre sua remuneração as contribuições de que trata esta Lei, para fins de custeio da Seguridade Social; e revoga o § 2º do art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.		

PROJETOS APENSADOS

22 de março a 13 de dezembro

Projeto de Lei Principal	Projeto de Lei Apensado	Autor(a)	Ementa	Relator(a)	Deliberado
PL 2567/2011	PL 321/2022	Marcelo Brum	Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para adequar a alíquota da contribuição previdenciária a que se refere o inciso II do caput do art. 195 da Constituição Federal, devida pelo segurado aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que permanecer ou retornar à atividade por esse regime, à cobertura contra riscos sociais mitigada prevista no § 2º do art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991	Castro Neto	22/11/2023
	PL 3480/2023	Pompeo de Mattos	Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para estabelecer que o aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida por este Regime fica isento das contribuições deduzidas de seu salário para fins de custeio da Seguridade Social		
	PL 5080/2016	Carlos Bezerra	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a fim de dispor sobre a garantia de emprego do trabalhador contratado por prazo determinado ou aposentado que permaneça ou retorne ao mercado de trabalho como empregado.		
	PL 7761/2017	Rubens Pereira Júnior	Revoga o § 2º do artigo 18 da Lei 8.213 de 24 de julho de 1991 e renumera o § 3º desse mesmo artigo		

PROJETOS APENSADOS

22 de março a 13 de dezembro

Projeto de Lei Principal	Projeto de Lei Apensado	Autor(a)	Ementa	Relator(a)	Deliberado
PL 2567/2011	PL 3272/2020	Pedro Lucas Fernandes Eduardo Costa Emanuel Pinheiro Neto e outros	Altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para os aposentados que se interessam por retornar ao exercício de atividade sujeita ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS	Castro Neto	22/11/2023
	PL 2512/2022	José Guimarães	Modifica as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estabelecer que o aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que exerce ou voltar a exercer atividade abrangida por aquele regime não é segurado obrigatório em relação a essa atividade		
	PL 3011/2022	Delegado Antônio Furtado	Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para tornar facultativa a contribuição previdenciária ao aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida por aquele regime e garante ao optante pela contribuição a cumulação de seu benefício de aposentadoria com o auxílio doença ou auxílio acidente, limitado ao valor de um salário mínimo		
PL 185/2011	PL 390/2011	Marçal Filho	Dispõe sobre a obrigatoriedade da destinação de pelo menos 5% (cinco por cento) das unidades habitacionais desenvolvidas pelos Estados, Municípios ou por ele subsidiados com recursos da Administração Pública Federal, a pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.	Castro Neto	29/11/2023

Projeto de Lei principal	Projeto de Lei apensado	Autor(a)	Ementa	Relator(a)	Deliberado
PL 2403/2023	PL 4137/2023	Fred Costa	Estende a gratuidade da justiça ao maior de 65 anos	Eriberto Medeiros	13/12/2023

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2023

Emendas de Comissão aprovadas

EMENDAS DE META

Número	Ementa	Programa	Ação	Produto	Meta	CMO
Emenda CIDOSO 1	Requer a inclusão de meta no programa de implementação de políticas de atenção à saúde da pessoa idosa	5019	21CE	0301	50	Aprovada Parcialmente
Emenda CIDOSO 2	Requer a inclusão de meta no programa de Promoção do Direito de Envelhecer e dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa.	5815	21FZ	0460	200	Aprovada Parcialmente
Emenda CIDOSO 3	Requer a inclusão de meta no programa de Estruturação da Política Nacional de Cuidados	5501	21FQ	0072	50.000.000	Aprovada Parcialmente

EMENDAS DE TEXTO

Número	Ementa	Referência	Modelo	Texto proposto	CMO
Emenda CIDOSO 4	Requer a adição de emenda de texto à Seção III - Demais despesas ressalvadas (ILPI)	Anexo III	Aditiva	Seção III Das demais despesas ressalvadas I - Despesas de custeio com as ações destinadas aos programas voltados para idosos e com as Instituições de Longa permanência para Idosos (ILPI).	Rejeitada

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2023

Emendas de Comissão aprovadas

Número	Ementa	UO	Programa	Ação	Função	Subfunção	Valor	CMO
Emenda CIDOSO 1	Requer acréscimo de despesa no Programa de promoção do direito de envelhecer e dos direitos humanos da pessoa idosa	81101	5815	21FZ	14	241	100.000.000	Aprovada Parcialmente
Emenda CIDOSO 2	Requer acréscimo de despesa para a Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55901	5131	219G	08	244	80.000.000	Aprovada Parcialmente
Emenda CIDOSO 3	Requer acréscimo de despesa destinada a Implementação de Políticas de Atenção Primária à Saúde	36901	5119	21CE	10	301	100.000.000	Aprovada Parcialmente
Emenda CIDOSO 4	Requer acréscimo de despesa visando a estruturação da Política Nacional de Cuidados	55101	5501	21FQ	08	422	80.000.000	Aprovada Parcialmente
Emenda CIDOSO 3	Requer remanejamento de despesa destinada ao Programa de promoção do direito de envelhecer e dos direitos humanos da pessoa idosa	81101	5815	21FZ	08	241	60.000.000	Rejeitada

1042



GOV.BR

Horizontes do Envelhecimento Brasileiro

O Brasil é um dos países em maior processo de envelhecimento do mundo.

Os gráficos de projeções de envelhecimento demonstram desde já o alargamento do topo da pirâmide etária.

07:57

SÍMBOLO DA
JORNADA
SUSTENTÁVEL
2010

PRINCIPAIS TEMAS DEBATIDOS

MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

A população brasileira tem envelhecido. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2012, as pessoas com 60 anos ou mais representavam 11,3% da população. Em 2021, já representavam 14,7%. Tendo isso em vista, é necessário que as autoridades públicas tomem medidas de inclusão e assistência das pessoas idosas.

ESTATUTO DA PESSOA IDOSA

Em 2023, o Estatuto da Pessoa Idosa completou 20 anos. A Lei é um marco na garantia dos direitos das pessoas com 60 anos ou mais e busca garantir a segurança deste grupo vulnerável, que muitas vezes não tem sua visibilidade.

PROGRAMA CIDADE AMIGA DA PESSOA IDOSA

Programa desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) com objetivo de estabelecer diretrizes para a criação de cidades mais acessíveis para pessoas a partir dos 60 anos de idade. Isso inclui tanto a estrutura física desses lugares quanto a disponibilidade de serviços.

O Brasil já possui 32 cidades participando do programa.

DIABETES

Essa doença atinge cerca de 13 milhões de brasileiros, segundo a Sociedade Brasileira de Diabetes, e exige uma atenção especial quando identificada em uma pessoa idosa. Isso porque, se somada a outras complicações naturais ao avanço da idade, pode gerar complicações cardíacas, vasculares, perdas funcionais, problemas cognitivos e doenças crônicas, entre outras.

NOTÍCIAS CIDOSO 2023



Imagem: Agência Câmara

ALIEL MACHADO É O NOVO PRESIDENTE DA COMISSÃO DO IDOSO

Deputado lembra que população idosa é a mais afetada pela falta de recursos no SUS

O deputado Aliel Machado (PV-PR) foi eleito nesta quarta-feira (22) presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados. Ele substituirá o ex-deputado Denis Bezerra (CE).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

DUAS COMISSÕES DA CÂMARA OUVEM MINISTRA DA SAÚDE SOBRE PRIORIDADES DA PASTA EM 2023

As comissões de Saúde; e de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados promovem audiência pública nesta quarta-feira (19) com a ministra da Saúde, Nísia Trindade. O objetivo é a apresentação das prioridades da pasta em 2023.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Imagem: Agência Câmara



Imagem: Agência Câmara

MINISTRA DA SAÚDE DEFENDE FORTALECIMENTO DO SUS COMO PRIORIDADE DA PASTA

Nísia Trindade lamentou o aumento dos índices de mortalidade materna e o retorno do País ao mapa da fome.

O fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), com atenção especial ao financiamento, foi a principal prioridade apontada pela ministra da Saúde, Nísia Trindade, em audiência pública conjunta das comissões de Saúde e de Defesa dos Direitos do Idoso da Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira (19).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

EDUCAÇÃO, LEGISLAÇÃO E CONVIVÊNCIA ENTRE AS GERAÇÕES PODEM DIMINUIR PRECONCEITO CONTRA IDOSOS

Tema discutido em comissão foi provocado por episódio contra estudante mais velha no interior de São Paulo

Um informe mundial da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre etarismo mostra que uma em cada duas pessoas já sofreu algum tipo de discriminação por causa da idade. O documento da OMS relaciona como ferramentas para combater esse tipo de preconceito a legislação, as atividades educativas e uma maior convivência entre pessoas de diversas gerações.



Imagem: Agência Câmara

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Imagem: Agência Câmara

COMISSÃO DISCUTE CARÊNCIA DE GERIATRAS NO SISTEMA DE SAÚDE

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa realiza audiência pública nesta terça-feira (23) para discutir a falta de médicos geriatras nas instituições de saúde. O debate será às 10 horas, no plenário 12.

A deputada Rogéria Santos (Republicanos-BA) foi quem pediu a audiência. Segundo ela, a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que haja um médico geriatra para cada mil habitantes.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

ESPECIALISTAS APOSTAM EM EQUIPES MULTIDISCIPLINARES E MAIS GERIATRAS PARA ACOMPANHAR ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

Audiência aponta para crescimento acelerado da população idosa e déficit de médicos especializados

Diante de um envelhecimento populacional cada vez mais acelerado, especialistas sugerem o que chamam de “geriatrização” do sistema de saúde, que inclui a melhoria da formação dos profissionais para atender aos idosos, o aumento no número de geriatras e o fortalecimento de equipes multidisciplinares.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Imagem: Agência Câmara



Imagem: Agência Câmara

COMISSÃO OUVI MINISTRO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Também participa da audiência o Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados recebe nesta quarta-feira (24) o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, e o Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, Alexandre da Silva. A pedido do deputado Aliel Machado (PV-PR), eles apresentarão os projetos e o plano de ação da pasta para o ano de 2023.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

POLÍTICA DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA DEVE GARANTIR AUTONOMIA E FUTURO, DEFENDE MINISTRO

Audiência aponta para crescimento acelerado da população idosa e déficit de médicos especializados

Diante de um envelhecimento populacional cada vez mais acelerado, especialistas sugerem o que chamam de “geriatriação” do sistema de saúde, que inclui a melhoria da formação dos profissionais para atender aos idosos, o aumento no número de geriatras e o fortalecimento de equipes multidisciplinares.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Imagem: Agência Câmara



Imagem: Agência Câmara

COMISSÃO APROVA PROJETO QUE PREVÊ A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE FRALDAS GERIÁTRICAS A IDOSOS CARENTES

Distribuição também beneficiará instituições de longa permanência para idosos sem fins lucrativos

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que determina a distribuição gratuita, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de fraldas geriátricas destinadas a pessoas idosas e a pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade econômica.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

ESPECIALISTAS APOSTAM EM EQUIPES MULTIDISCIPLINARES E MAIS GERIATRAS PARA ACOMPANHAR ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados realiza audiência pública nesta quarta-feira (31) com a Secretária Nacional de Cuidados e Família do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Laís Abramo.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Imagem: Agência Câmara

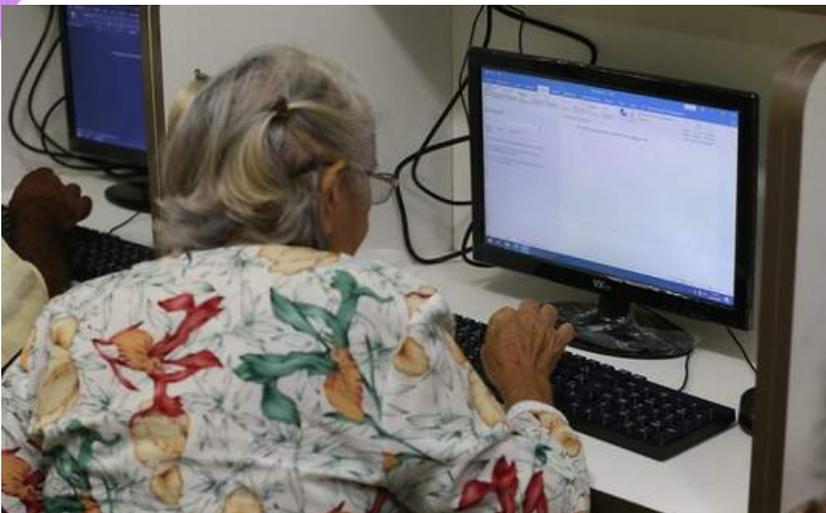


Imagem: Agência Câmara

COMISSÃO PROMOVE DEBATE SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA

Comemora-se em 15 de junho o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados debate nesta quarta-feira (14) questões relacionadas à violência contra a pessoa idosa. O debate foi solicitado pela deputada Flávia Moraes (PDT-GO).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA ALERTA PARA AUMENTO DE VIOLÊNCIA CONTRA ESSA POPULAÇÃO

Debate foi realizado pela Câmara em razão do Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado nesta quinta (15)

A representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa Symone Bonfim chamou a atenção dos deputados para o crescimento dos casos de violência contra pessoas acima dos 60 anos desde o início da pandemia de Covid-19. Em audiência na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (14), Symone Bonfim disse que, apenas no primeiro semestre de 2023, o Disque 100 já recebeu mais de 50 mil denúncias.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Imagem: Agência Câmara



Imagem: Agência Câmara

COMISSÃO APROVA PROJETO QUE ISENTA IDOSO DE TAXA PARA RENOVAR CARTEIRA DE MOTORISTA

Terão direito à gratuidade condutores com mais de 60 anos inscritos no CadÚnico

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa aprovou proposta que estabelece a gratuidade dos exames de renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para condutores com mais de 60 anos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

COMISSÃO APROVA CRITÉRIOS PARA DESTINAÇÃO DE MULTAS DO ESTATUTO DA PESSOA IDOSA

Recursos deverão ser remanejados proporcionalmente aos estados e municípios onde as sanções foram aplicadas

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou proposta que define critérios para destinação dos recursos das multas previstas no Estatuto da Pessoa Idosa.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Imagem: Agência Câmara



Imagem: Agência Câmara

COMISSÃO APROVA PROJETO QUE CRIA SERVIÇO DE PROTEÇÃO ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSAS

Texto altera a Lei Orgânica da Assistência Social e o Estatuto da Pessoa Idosa

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou projeto que altera a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) para criar o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

OPAS QUER AJUDA DE COMISSÃO DA CÂMARA PARA ENGAJAR MUNICÍPIOS NO PROGRAMA CIDADE AMIGA DO IDOSO

Criar essas cidades implica adaptar estruturas e serviços em áreas como transporte, habitação, trabalho e participação social

Representantes da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) querem a colaboração da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados para aumentar a adesão à rede global de cidades e comunidades amigas da pessoa idosa, que já tem 1.500 integrantes em todo o mundo. A ideia é que os deputados mobilizem os prefeitos de sua área de atuação.



Imagem: Agência Câmara

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Imagem: Agência Câmara

CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE A PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DE IDOSO É TEMA DE DEBATE

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados discute, nesta quarta-feira (28), a Convenção interamericana sobre a proteção de direitos humanos de idoso. O debate atende a pedido do deputado Aliel Machado (PV-PR).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

COMISSÃO PROMOVE AUDIÊNCIA SOBRE A EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO IDOSA

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados realiza audiência pública na próxima quarta-feira (5) para discutir a educação da população idosa.

Para a deputada Reginete Bispo (PT-RS), que solicitou o debate, considerando o aumento da expectativa de vida no Brasil é preciso avaliar a necessidade de propostas educacionais voltadas para a educação ao longo da vida.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Imagem: Agência Câmara



Imagem: Agência Câmara

COMISSÃO APROVA PROJETO QUE CRIA CONSELHOS DE PROTEÇÃO AO IDOSO

Órgão terá atuação semelhante aos conselhos tutelares, que cuidam dos direitos das crianças e dos adolescentes

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4145/15, do deputado Luciano Ducci (PSB-PR), que cria o Conselho de Proteção ao Idoso, órgão municipal responsável por zelar pelo cumprimento dos direitos previstos no Estatuto da Pessoa Idosa.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

COMISSÃO VAI DEBATER ACOLHIMENTO DA PESSOA IDOSA NO SISTEMA EDUCACIONAL

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados realiza, nesta quarta-feira (9), audiência pública para avaliar a reestruturação do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para atender melhor a população idosa, inclusive transformando o programa em Educação Jovem, Adulto e Pessoa Idosa (Ejapi).

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Imagem: Agência Câmara



Imagem: Agência Câmara

MINISTÉRIOS ESTUDAM FORMAS DE AMPLIAR INCLUSÃO DE IDOSOS NO SISTEMA EDUCACIONAL

Pessoas idosas com baixa escolaridade são mais vulneráveis a golpes e ao isolamento social

Representantes dos ministérios da Educação e de Direitos Humanos afirmaram que um acordo de cooperação técnica está avaliando a reestruturação do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para acolher com eficiência a população idosa. O assunto foi discutido nesta quarta-feira (9) na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

COMISSÃO APROVA PROJETO QUE EXIGE SINALIZAÇÃO "60+" OU "80+" PARA INDICAR DIREITOS DE PESSOAS IDOSAS

Objetivo é combater o etarismo na referência ao atendimento prioritário e preferencial dessa população

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou projeto que determina o uso da imagem de uma pessoa ereta com a sinalização "60+" ou "80+", conforme o caso, para a indicação do atendimento prioritário previsto no Estatuto da Pessoa Idosa.



Imagem: Agência Câmara

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Imagem: Agência Câmara

COMISSÃO APROVA PREVISÃO DE CRIAÇÃO DE CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS PARA PESSOAS IDOSAS VULNERÁVEIS

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 384/23 incluindo a promoção de programas de construção e manutenção de condomínios residenciais voltados para pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social entre as competências dos órgãos e entidades públicos responsáveis pela implementação da Política Nacional da Pessoa Idosa (Lei 8.842/94).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

COMISSÃO APROVA DEDUÇÃO DO IR DE DOAÇÕES PARA INICIATIVAS APOIADAS POR CONSELHOS

Contribuinte poderá escolher entidade que receberá parte de doações

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou proposta que prevê a dedução do Imposto de Renda (IR) das doações a projetos de organizações da sociedade civil aprovados por conselhos federal, estaduais ou municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente ou do Idoso.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Imagem: Agência Câmara



Imagem: Agência Câmara

COMISSÃO APROVA PROJETO QUE EXIGE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS EM NÚCLEOS HABITACIONAIS FEITOS PELO GOVERNO

Medida será incluída no Estatuto da Pessoa idosa

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou proposta que exige, nos programas habitacionais desenvolvidos pelo governo ou subsidiados por recursos públicos, a instalação de equipamentos comunitários para a prática de esportes e de lazer pelas pessoas idosas.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

COMISSÃO APROVA PROJETO QUE PREVÊ A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE FRALDAS GERIÁTRICAS A IDOSOS CARENTES

Texto também garante a distribuição de fraldas descartáveis a pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade econômica

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que determina a distribuição gratuita, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de fraldas geriátricas destinadas a pessoas idosas e a pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade econômica.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Imagem: Agência Câmara



Imagem: Agência Câmara

COMISSÃO REALIZA AUDIÊNCIA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DO TABAGISMO

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados realiza audiência pública nesta quarta-feira (30) para discutir o Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT). O deputado Dr. Zacharias Calil (União-GO), que propôs o debate, diz que o mês de agosto se tornou referência de conscientização da luta antitabagismo no Brasil, por conta do Dia Nacional de Combate ao Fumo (29 de agosto), que reforça a importância da intensificação das medidas de controle de tabaco para proteger a saúde das pessoas.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

BRASIL PRECISA COMBATER CIGARROS ELETRÔNICOS PARA MANTER QUEDA NO ÍNDICE DE FUMANTES, DIZEM ESPECIALISTAS

Um quarto dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos diz já ter experimentado vape; índice cresceu 20% neste ano

Referência mundial no controle do tabagismo, o Brasil precisa enfrentar uma nova ameaça para manter os índices decrescentes no número de fumantes: os cigarros eletrônicos. Esse foi o alerta dos participantes de audiência pública sobre o Programa Nacional de Controle do Tabagismo realizada na quarta-feira (30), na Câmara dos Deputados, pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Imagem: Agência Câmara



Imagem: Agência Câmara

COMISSÃO APROVA PROPOSTA QUE PREVÊ JORNADA MENOR PARA IDOSO DURANTE AVISO PRÉVIO

Conforme texto em tramitação, redução de jornada para maiores de 60 anos demitidos deverá ser feita em dobro

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que garante a redução em dobro da jornada para os trabalhadores com idade igual ou superior a 60 anos durante o período de aviso prévio, sem prejuízo do salário (PL 2877/23).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

COMISSÃO APROVA COTA DE ATENDIMENTO PRESENCIAL PARA IDOSOS E ANALFABETOS

Proposta segue para análise das comissões de Defesa do Consumidor; e de Constituição e Justiça e de Cidadania

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa aprovou o Projeto de Lei 1889/23, que obriga estabelecimentos públicos e privados a oferecer atendimento presencial a idosos e analfabetos, em número equivalente a 10% dos atendimentos a distância.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Imagem: Agência Câmara



Imagem: Agência Câmara

COMISSÃO APROVA OBRIGATORIEDADE DE PRIMEIROS SOCORROS EM UNIDADES GERIÁTRICAS DE REFERÊNCIA

Projeto aprovado também prevê atendimento médico em instituições de ensino; texto será analisado por outras quatro comissões da Câmara

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa aprovou proposta que obriga unidades geriátricas de referência a dispor de materiais e equipamentos de primeiros socorros e a estarem integradas à rede local de urgência e emergência em saúde. A proposta altera o Estatuto do Idoso.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

CÂMARA ENTREGA PRÊMIO ZILDA ARNS AO PAPA FRANCISCO

Prêmio foi criado em 2017 para reconhecer quem trabalha em defesa dos idosos

Uma comitiva da Comissão de Defesa da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados entregou nesta quarta-feira (20) o Prêmio Zilda Arns 2023 ao Papa Francisco, no Vaticano.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Imagem: Agência Câmara



Imagem: Agência Câmara

SEMINÁRIO VAI DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENÇÃO AO DIABETES

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados promove um seminário nesta quinta-feira (21) sobre políticas públicas de atenção a complicações do diabetes.

Confira a pauta e os convidados do seminário.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

SEMINÁRIO APONTA DIFICULDADES PARA O TRATAMENTO DO DIABETES

Assunto foi debatido nesta quinta-feira pela Comissão da Pessoa Idosa

Dificuldades de adesão ao tratamento, a longa espera por consultas e a falta de acesso a medicamentos foram algumas barreiras apontadas, durante seminário sobre diabetes, para cuidar dos 16 milhões de brasileiros que têm a doença. No encontro, promovido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara nesta quinta (21), também foi ressaltada a importância da prevenção, para evitar as internações hospitalares. Em alguns estados, mais de 50% dos pacientes têm mais de 60 anos.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Imagem: Agência Câmara



Imagem: Agência Câmara

COMISSÃO AVALIA OS 20 ANOS DE VIGÊNCIA DO ESTATUTO DA PESSOA IDOSA

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados realiza audiência pública nesta quarta-feira (4) para avaliar os efeitos da promulgação, há 20 anos, do Estatuto da Pessoa Idosa.

- Confira a lista de convidados da reunião, marcada para as 14h30 no plenário 12.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

NOS 20 ANOS DE ESTATUTO DO IDOSO, ESPECIALISTAS PEDEM CONSOLIDAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Lei traz conquistas como filas preferenciais, direito acompanhante em internações e rapidez na restituição do IR

Mais orçamento para as políticas públicas para a população madura, garantia de financiamento para as Instituições de Longa Permanência (ILPIs) e a consolidação da rede de centros-dias foram algumas providências apontadas nesta quinta-feira (5) como necessárias para consolidar o que prevê o Estatuto do Idoso, que está completando 20 anos.



Imagem: Agência Câmara

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Imagem: Agência Câmara

COMISSÃO APROVA PROJETO QUE INCLUI CUIDADOR DE IDOSO ENTRE SERVIÇOS DOMICILIARES OFERTADOS PELO SUS

Proposta ainda continua tramitando na Câmara dos Deputados

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 990/22, que inclui o atendimento por cuidadores de pessoas idosas entre os serviços domiciliares oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

COMISSÃO APROVA PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL PARA POPULAÇÃO IDOSA COM RECURSOS DO FUST

De acordo com o IBGE, de 2019 a 2021 o percentual de idosos que usava a internet passou de 44,8% para 57,5%; a maioria, porém, nunca usou um aplicativo

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2938/23, que institui programa de inclusão sociodigital para a população idosa utilizando recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ([[[g Fust]]]).



Imagem: Agência Câmara

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Imagem: Agência Câmara

COMISSÃO VAI DEBATER MEDIDAS DE REESTRUTURAÇÃO DO ESTADO FRENTE AO ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados vai realizar audiência pública nesta quarta-feira (18) para debater o planejamento de ações que contemplem o aumento o envelhecimento da população brasileira.

Confira a [lista de convidados](#) para a reunião, que está marcada para as 14h30 no plenário 12.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

MUDANÇA DEMOGRÁFICA EXIGE REESTRUTURAÇÃO DO ESTADO, AFIRMAM ESPECIALISTAS

O assunto foi tema de audiência realizada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Em debate sobre o planejamento de ações que atendam ao aumento do envelhecimento da população brasileira, especialistas em demografia alertaram para a necessidade de uma relevante reestruturação do Estado, com melhores ofertas nos serviços de saúde e maior formalização dos postos de trabalho. Um desafio que deverá ser enfrentado na elaboração dessas políticas públicas será lidar com a grande desigualdade social entre as regiões do País.



Imagem: Agência Câmara



Imagem: Agência Câmara

COMISSÃO APROVA CRIAÇÃO DE SERVIÇO PARA IDENTIFICAR IDOSOS DESAPARECIDOS

Projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Segurança Pública; e de Constituição e Justiça e de Cidadania

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2733/23, que prevê a criação de serviço público para identificação e localização de pessoas idosas desaparecidas, integrado ao Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

COMISSÃO APROVA DIREITO DE IDOSOS DE RECEBEREM PELOS CORREIOS DOCUMENTO PARA PREENCHER IMPOSTO DE RENDA

Texto ainda precisa ser analisado por outras duas comissões temáticas

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2714/20, que garante às pessoas com mais de 60 anos ou com deficiência o direito de receber comprovantes usados na declaração do Imposto de Renda (IR) pelos correios ou em formato digital, conforme preferirem.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Imagem: Agência Câmara



Imagem: Agência Câmara

COMISSÃO APROVA PROJETO QUE PREVÊ GRATUIDADE DE ESTACIONAMENTO A IDOSOS

Proposta ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou proposta que garante gratuidade ao idoso em estacionamentos privados e públicos em que haja sistema rotativo pago.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

AUDIÊNCIA DEBATE QUALIDADE DE APARELHOS USADOS POR DIABÉTICOS PARA MEDIR GLICOSE

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados discute nesta quarta-feira (8) a qualidade dos glicosímetros usados no País. Esses aparelhos medem a glicemia para controlar a diabetes.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Imagem: Agência Câmara



Imagem: Agência Câmara

COMISSÃO APROVA ISENÇÃO DE IOF EMPRÉSTIMOS PARA PESSOAS IDOSAS OU COM DEFICIÊNCIA

Proposta continua tramitando na Câmara dos Deputados

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2806/22, que isenta as pessoas idosas e com deficiência do tributo cobrado nas operações de crédito pessoal e empréstimo consignado.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

COMISSÃO APROVA PROJETO QUE DETERMINA A PREPARAÇÃO DE APOSENTADORIA PARA TRABALHADORES COM MAIS DE 50 ANOS

Proposta ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4156/23, que obriga empresas e a administração pública a oferecerem programas de preparação para a aposentadoria a trabalhadores com mais de 50 anos de idade ou que estejam a dois anos do afastamento. A proposta altera a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Imagem: Agência Câmara



Imagem: Agência Câmara

COMISSÃO APROVA NOVOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE EM LICITAÇÃO PARA FAVORECER IDOSOS E MULHERES

Proposta precisa ser analisada por outras três comissões temáticas

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei determinando que, em caso de empate em licitação, terá preferência a empresa concorrente que desenvolver programa de inserção de idosos no mercado de trabalho (PL 1405/23).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

COMISSÃO APROVA IMPLEMENTAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE GERIÁTRICA EM MUNICÍPIOS COM MAIS DE 10 MIL PESSOAS

A proposta será analisada pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou proposta determinando que sejam implementadas Unidades Básicas de Saúde Geriátrica, especializadas em atendimento ambulatorial de idosos, em todos os municípios com mais de 10 mil habitantes. Essas unidades deverão contar com estrutura adequada e equipamentos específicos para diagnóstico e tratamento de saúde dessa população.



Imagem: Agência Câmara

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Imagem: Agência Câmara

COMISSÃO APROVA PROJETO QUE INSTITUI PROGRAMA PARA ALFABETIZAR PESSOAS IDOSAS

A proposta continua sendo analisada pela Câmara dos Deputados

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4712/23, que institui o Programa de Incentivo Financeiro para a Alfabetização de Idosos nos Municípios.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

COMISSÃO DEBATE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE GERONTÓLOGO

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados promove audiência pública nesta quarta-feira (29) para discutir o Projeto de Lei 9003/17, que trata da regulamentação da profissão de gerontólogo. O texto está em análise no colegiado.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Imagem: Agência Câmara



Imagem: Agência Câmara

DEBATEDORES COBRAM POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS PARA IDOSOS

Dados do governo mostram que 5% dos idosos do País estão acamados e precisam de cuidados intensivos

Debatedores ouvidos pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (29) apontaram avanços nas políticas de transferência de renda para idosos, mas ressaltaram que ainda é preciso consolidar políticas públicas de cuidados.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

COMISSÃO APROVA PROJETO QUE RESERVA ÀS PESSOAS IDOSAS PARTE DAS UNIDADES DE PROGRAMAS HABITACIONAIS

A proposta continua tramitando na Câmara dos Deputados

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou um projeto que reserva aos idosos parte das unidades residenciais ofertadas em programas habitacionais públicos ou construídos com recursos públicos.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Imagem: Agência Câmara

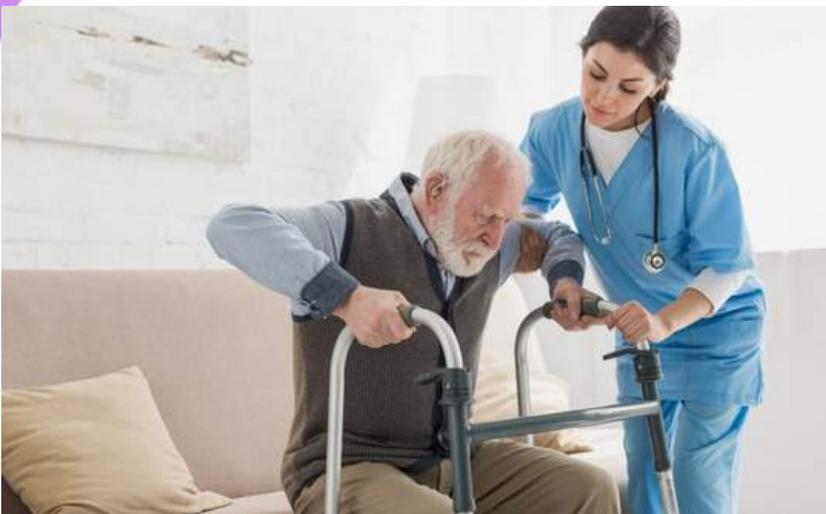


Imagem: Agência Câmara

COMISSÃO DISCUTE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE CUIDADOR DE PESSOAS IDOSAS

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados debate nesta terça-feira (12) projetos de lei que tratam da regulamentação da profissão de cuidador de idosos ([PL 4702/12](#), do Senado, e apensados).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

COMISSÃO DEBATE AÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA EM 2023

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados realiza audiência nesta quarta-feira (13) para debater as ações realizadas neste ano pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Imagem: Agência Câmara

Presidente - Dep. Aiel Machado
1º Vice-Presidente - Dep. Castro Neto
Secretária-executiva - Rafaela Feitoza

Secretaria

Andrea Motta
Fernanda Zanette
Ivana Mazurek
Stella Castro

Editoração - Ana Luiza Brandão

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023

Comissão de
Defesa dos Direitos
da Pessoa Idosa

